

RESUMO DE TESE

Federalismo e gestão metropolitana: subsídios para o planejamento territorial dos serviços de saúde.

Federalism and metropolitan management: subsidies for territorial planning of health services.

Daniela Savi Geremia¹
Sulamis Dain²

RESUMO: Esta tese analisou o planejamento, a gestão e a configuração do sistema de saúde na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Tem como base o referencial teórico do federalismo e apoiou-se em pesquisa qualitativa de caráter descritivo. A pesquisa versou sobre aspectos político-institucionais; normativos, organizacionais; práticos e estruturais da rede de serviços de saúde na região. A análise empreendida aponta as características do modelo tridimensional do federalismo brasileiro – a Constituição Federal de 1988 transfere o poder de instituir regiões metropolitanas aos estados, mas na prática, anula a capacidade de intervenção nos municípios e reduz o papel político e administrativo dos estados. Entre os desafios apontados pela tese estão: o comportamento autárquico dos municípios; a disparidade existente entre eles; o enfraquecimento do papel de coordenação do governo estadual; a descontinuidade e pouca integração entre políticas públicas para as regiões metropolitanas; a falta de experiência em planejamento regional e intersetorial; a necessidade de institucionalizar um órgão metropolitano que, entre outras funções, estabeleça fundos financeiros, com definição de fontes de receitas e critérios de alocação de recursos regionais. Quanto à política de regionalização da saúde – análise da capacidade instalada dos municípios na integração de serviços de saúde regionais –, a tese destaca as fragilidades e desigualdades na distribuição da oferta de serviços; a relação concorrencial entre os municípios para incorporar maior força produtiva qualificada, a oferta de serviços especializados, o adensamento e a concentração de serviços e profissionais de saúde no núcleo metropolitano (a cidade do Rio de Janeiro). O trabalho destaca o potencial de atuação do novo pacto de gestão, representado pelo Contrato Organizativo de Ação Pública em Saúde (COAP) e dos Mapas de Saúde como instrumentos político-institucionais na regulação regional e metropolitana da saúde. Apesar disso, sinaliza que avanços na governança regional serão possíveis com a institucionalização de um órgão que tenha autonomia para tomada de decisões regionais. O estudo reforça a importância da revalorização da gestão das regiões metropolitanas e o potencial de conectividade entre as políticas públicas urbanas através da organização de redes de serviços públicos na agenda política em detrimento das práticas municipalistas.

Palavras-chave: Regiões Metropolitanas, Regionalização, Política de Saúde, Federalismo,

1 Docente do curso de graduação em enfermagem da UFFS. Chapecó-SC. Brasil. E-mail: daniela.savi.geremia@gmail.com

2 Orientadora.

Planejamento em Saúde.

Agradecimentos: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES pela bolsa de estudos.

Defesa de tese em 13 de março de 2015.

Link: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_ae95c76ada5c22d2743d28776af584c2